

099

ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR UNIVERSITÁRIA: PESQUISA-AÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONSTRUÇÃO DO ACESSO À CIDADANIA PELO DIREITO À MORADIA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – UMA AVALIAÇÃO. *Marcelo Dalmás**Torelly, Paulo Abrão Pires Júnior (orient.) (PUCRS).*

Esta pesquisa trabalhou, a um só tempo, com o potencial inovador das atividades de extensão universitária; e a relação entre as mesmas e a pesquisa-ação no contexto da construção dos saberes. Para tanto usa como objeto de pesquisa uma experiência de extensão universitária em assessoria jurídica, o Projeto Moradia, realizado pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Popular - NAJUP-RS -, pela ONG Acesso Direitos Humanos e com a Prefeitura de Porto Alegre, para atender a demandas comunitárias de Regularização Fundiária na Vila Cruzeiro do Sul. A natureza peculiar e as características emancipatórias dos projetos de assessoria jurídica popular são avaliadas nessa pesquisa pelos prismas da justiça social, da função social da Universidade e da construção participativa dos saberes, demonstrando-se a importância da consolidação de espaços de execução de projetos deste tipo no mundo jurídico. Assim a pesquisa, voltada sobretudo para os processos de ensino-aprendizagem e para a construção pró-ativa de sentidos de justiça, remonta a origem dos trabalhos de assessoria no Brasil e destaca a atual importância dos mesmos num contexto de reforma e revitalização do ensino, para, por fim, avaliar o impacto social das ações de extensão realizadas pelo corpo docente das Universidades. Para trilhar esse percurso, o trabalho usa como marcos referenciais as obras de dois grandes juristas, o Professor da PUC-SP Celso Fernandes Campilongo e o Professor da Unisinos Jacques Távora Alfonsin; Dentre os resultados colhidos está a percepção da necessária transdisciplinariedade dos projetos deste tipo, bem como a da importância da associações de setores sociais, neste caso a Universidade, o Terceiro Setor e o Poder Público, para a efetivação dos Direitos Sociais e a construção de novos saberes jurídicos.